

Título: O Rio de Janeiro dos megaeventos e o desafio para as políticas de cultura: capital rentista e insurgência.

Author: João Luiz Pereira Domingues

Resumo:

O artigo se dedica à reflexão em torno da relação entre as políticas culturais, a esfera pública e o território, tendo a cidade do Rio de Janeiro como objeto de análise. O objetivo geral é perceber como as políticas de regulação urbana influenciam as práticas de diversos atores culturais, levando, através de um processo complexo de seleção e normatividade, à invisibilidade de certas ações e acentuação de outras. Deste patamar, acredita-se que a cidade do Rio de Janeiro seja um caso por excelência de como a reorganização capitalista do espaço, traduzida na introdução do empreendedorismo urbano, promove políticas que selecionam e limitam a presença e as possibilidades de ação de certos grupos sociais, atrofiando a diversidade cultural como um projeto a se realizar. Desta feita, apresenta-se aqui a experiência Aldeia Maracanã, para contribuir na construção de um mapa de debates que identifique os limites das políticas culturais nas cidades-empresa e, para a produção de uma historiografia dos movimentos culturais insurgentes capaz de ampliar os cânones da discussão das políticas culturais no espaço urbano.

Palavras-chave: políticas culturais; planejamento urbano; insurgência; território.

1- Política cultural e política urbana: implicações sobre a atrofia da diversidade

É conhecido que as políticas culturais, ainda que de forma parcial e descontínua no Brasil, vêm mais e mais se tornando objeto de preocupação pública, complexificando as estruturas de intervenção e ampliando o contingente de atores que atuam em seu campo. Por ter se tornado um universo bastante especializado, pode-se afirmar que as políticas culturais já conquistaram uma certa história, seja em um cenário avaliativo, seja no espaço mais restrito de suas ações propriamente ditas, ou seja, nos modos de produção da cultura.

Deve-se considerar, entretanto, que as relações específicas deste universo são altamente conflituosas e contraditórias. O campo das políticas culturais, seja em sua definição enquanto conceito, ou em seu conjunto mais estrito de intervenções, é insuficiente para dar conta da totalidade de fenômenos ligados ao cultural. No universo urbano, essas dimensões se mostram ainda mais limitadas, na medida em que os processos de regulação territorial determinam parte das condições de realização dos fenômenos ligados à organização da cultura (Domingues, 2013).

Diante deste cenário, o objetivo principal deste artigo é ilustrar como os diversos tipos de

políticas culturais, as quais envolvem componentes territoriais em suas coerências internas ao agir no espaço da cidade, são altamente influenciadas por políticas de regulação urbana que extrapolam os limites das gestões culturais. Para isso, reconhece-se as relações dialéticas que agem em torno dos elementos territoriais e culturais, mais propriamente reconhecidas nos componentes culturais presentes no planejamento urbano contemporâneo. O trabalho pretende, desta maneira, identificar como a concepção de diversidade cultural, traduzida como a amplitude das práticas, meios, modos e expressões de vidas identificadas com o universo cultural, é materializada no espaço urbano, tendo em vista as condições de reprodução urbana na fase flexível do capital.

A hipótese encontrada neste artigo é de que o processo mais recente de transformação do capital acelerou as mudanças em torno da ocupação simbólica e concreta do espaço, tendo acionado uma certa concepção de diversidade cultural. Esta combinação externa de fatores ao espaço restrito da gestão pública da cultura produziria, então, um tipo de política cultural associada, porém rebaixada, à nova realidade urbana, sob a regulação de um consenso da imagem socialmente compartilhada e das práticas culturais presentes na cidade. Desta forma, o território como disputa física e simbólica e, mais propriamente, os agentes que determinam a ocupação do espaço na cidade teriam um papel fundamental na administração da agenda das políticas culturais, de atrofiamento da diferença como fonte de repertórios da diversidade e de mercantilização de uma seleção estrita de identidades a publicizar.

A explicação fundamental para esta diversidade fraturada guarda relação com a subordinação do valor-de-uso ao valor-de-troca e seus desdobramentos para o campo do planejamento urbano. Lançando mão de um determinado modo de gestão, e em nome de um determinado projeto de cidade, as ações necessárias para concretizar os modos de regulação e uso do espaço urbano atingem o campo específico do cultural, ressaltando sua unidade indissolúvel com o território. Desta forma, um certo tipo de racionalidade econômico-burocrático presente na gestão urbana subordinaria a racionalidade ético-identitária tematizada no investimento capitalista sobre o espaço. Constrói-se, portanto, no campo institucional, uma organização de interesses sobre o urbano que impõe aspectos mercadotécnicos acima dos aspectos político-culturais, sendo ainda mais evidente esta dimensão no caso das agendas de megaeventos, quando radicalizam novos padrões de espacialização do capital, cindindo a cidade em pequenos territórios mais afeitos à acumulação de certos setores capitalistas especialmente interessados em rendas distintivas e monopolistas, mas igualmente espoliativos quanto aos parâmetros radicais de espacialização das diferenças. Desta feita, torna-se essencial caracterizar esta nova gestão urbana, para cumprir a análise de suas interferências no campo político-cultural.

A transição da fase monopolista para a acumulação flexível e a transformação dos fatores macroeconômicos globais geraram significativas mudanças nos processos organizados do trabalho,

nos estudos sobre a urbanização, nas práticas de planejamento e nas concepções gerenciais sobre o território. A progressiva desindustrialização urbana, o crescimento estrutural do desemprego, a austeridade fiscal e a capacidade declinante dos Estados-Nação em controlar os fluxos financeiros de empresas multinacionais estabeleceram as condições concretas para a efetivação de um novo modelo de governança e planejamento das cidades (Harvey, 2006).

Para que este modelo se consolidasse em plano mundial, foi necessário imprimir ao período uma série de mudanças radicais no conjunto de categorias enunciadas pelos atores que procuram ocupar posições predominantes na enunciação de discursos e na construção dos modelos referenciais da gestão urbana. Desta forma, as estratégias discursivas acionadas após a década de 1990 procuraram anunciar uma inadequação dos sistemas urbanos e de seus modelos de planejamento aos desafios de um mundo globalizado, bem como as alternativas para as saídas da crise anunciada, tendo como solução a adequação e valorização de características urbanas “mundializadas” (Compans, 2004).

A construção desta nova concepção discursiva tem como fonte emissora o ideário neoliberal e seu léxico baseado na eficácia de gestão, de modo a privilegiar as abordagens “administrativas” e “eficientes” da cidade, com crítica ao burocracismo dos Estados-Nação e seu “planejamento centralizador”. Entram em cena formas de intervenção “empreendedoras”, igualmente flexíveis quanto à “multiplicidade de polos de iniciativa e decisão, envolvendo atores não-governamentais, semipúblicos e privados” e, a dinâmica de promoção “dos mecanismos de negociação das normas urbanísticas, liberação do controle do uso do solo, renúncia fiscal e subsídio ao investimento privado, mediante a oferta de infra-estrutura, terrenos, formação de mão-de-obra etc” (Acsehrad, 2004, p. 27).

Capturado, de forma geral, como empreendedorismo urbano, este novo processo é dependente das condições locais e das alianças forjadas para o projeto e se caracteriza por um

padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs, etc) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano (HARVEY, 2006, p. 230)

Estas formas “empreendedoras” de ação sobre o espaço urbano reivindicam uma supremacia dos governos locais em relação aos Estados Nacionais na “promoção das condições de produtividade e competitividade das empresas localizadas em seu território, e à capacidade de representação e legitimação políticas” (Compans, 2004, p. 31). Essa perspectiva sugere que os governos locais teriam posições privilegiadas na negociação com as empresas transnacionais e suas matrizes financeiras na integração aos sistemas urbanos.

Ao formular a problemática de uma cidade fortemente atraente para a entrada de capitais financeiros e para fluxos de consumidores externos, este planejamento reposiciona a questão urbana, de “temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo”, para um novo tipo de problemática urbana que tem como centralidade a problemática da competitividade urbana (VAINER, 1999, 2000). Nesta razão de intervenção, o padrão universalista regulatório clássico de ordenamento do espaço originalmente orientado para atender à função social da cidade é colonizado pelos padrões de competição internacional entre cidades e para a atração de investimentos financeiros (SÁNCHEZ, 2010).

A compreensão mais ampla do sentido de urbanização como um processo social espacializado no dinamismo da produção capitalista sobre o espaço carrega dois elementos dialeticamente articulados: i) o impacto sobre as formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas todos organizados em uma configuração espacial distintiva; ii) o impacto sobre os arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos (HARVEY, 2006).

Na discussão do modelo empreendedor de cidade, Harvey faz uma distinção essencial entre 'governo' urbano e 'governança' urbana, quando “o poder real de reorganização da vida urbana muitas vezes está em outra parte, ou pelo menos, em uma coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas um papel facilitador e coordenador” (HARVEY, 2006. p. 171). Desta feita, para capturar, de forma geral, o tipo de gestão do empreendedorismo urbano, seria preciso compreender a formação da política de coalizão no plano urbano, necessária para a implementação de gestão empreendedora e que se realiza na formação de alianças de classes em ambientes extremamente complexos de forças mobilizadas pelos distintos agentes dispersos no espaço social.

Como o interesse central do empreendedorismo urbano visa a adequação da gestão urbana a um certo mercado de cidades globais lutando por investimentos, por certo esta dimensão só se realiza em um complexo circuito internacional de interesses na acumulação urbana. Os agentes mais importantes deste conjunto têm no descolamento do capital financeiro das atividades produtivas o principal nexo intermediador. Tratam-se de “empresas de consultoria em projetos, pesquisas, arquitetura, de produção e consumo dos serviços turísticos, empresas bancárias e financeiras especializadas no crédito imobiliário, empresas de promoção de eventos”, as quais, em conjunto com os atores-chave locais, articulam os recursos e os fundamentos técnicos para legitimar, tanto o projeto de competição urbana, quanto as próprias coalizões urbanas (RIBEIRO, 2011).

Para tal, a gestão pública deve transformar-se com alguma radicalidade, recrutando

operadores identificados com o universo gerencial técnico da administração privada. Este recrutamento impõe uma suposta eficiência administrativa privada à gestão pública da cidade, em geral abandonando ou desvalorizando a organização burocrática. Tratados como “bolsões de gerência técnica”, estes novos órgãos condensam competências que para seu pleno funcionamento necessitam de um alto grau de insulamento burocrático, diretamente vinculados aos chefes do executivo (RIBEIRO, 2011).

Esta mobilização é facilitadora das estratégias de naturalização discursiva e mercadotécnica da cidade. De forma geral, são estas alianças mobilizadoras da coalização urbana que permitem as características fundamentais para a gestão empreendedora. A primeira delas é a necessidade quase naturalizada da “parceria público-privada”. Estando de acordo com a diminuição progressiva dos Estados na regulação social, a nova política urbana “pressupõe a instauração de novos sistemas de barganha, aparecendo as “parcerias” como mecanismos de apoio aos mercados em substituição a políticas preexistentes de ordenamento dos mercados” (ACSELRAD, 2004).

A segunda característica é desdobramento da primeira. A parceria público-privada é empreendedora em sua execução, e especulativa em seu projeto. Para Harvey, esta característica indica a “assunção de risco pelo setor público local (em vez do nacional ou federal) que diferencia a fase atual do empreendedorismo urbano das fases mais antigas de iniciativa cívica, na qual o capital privado parecia, geralmente, muito menos avesso ao risco” (HARVEY, 2006, p. 173).

A terceira característica é o acento do empreendedorismo urbano sobre a economia política do lugar em detrimento do território (investimentos em moradia, educação, etc). Em geral, remete ao investimento em infraestrutura e embelezamento no ambiente construído, com alto grau de proximidade com o capital imobiliário. O caráter especulativo dos investimentos urbanos “deriva da incapacidade de prever exatamente qual pacote terá ou não sucesso, num mundo de muita instabilidade e volatilidade econômica” (HARVEY, 2006, p. 180).

Como um projeto tornado genérico, as cidades constroem as políticas urbanas sob um conjunto bastante restrito de ações, em geral baseadas em torno da atração de eventos internacionais de grande repercussão e da regeneração de áreas urbanas degradadas. Tais prioridades permitem ao mesmo tempo “legitimar as elites políticas na coalização e no projeto empreendedor” e “construir as alianças com os interesses do complexo internacional de entretenimento” (RIBEIRO, 2011).

Como a governança para o empreendedorismo urbano depende de uma certa pactuação entre o setor público e agentes privados, deve-se levar em conta que as características de cada território irão determinar o projeto de cidade que será perseguido. De alguma maneira, as cidades empenham-se em demonstrar seus atributos únicos como meio de atração ao capital financeiro ou aos agentes privados, seus potenciais consumidores.

Este registro é essencial para entender que o empreendedorismo urbano tenta se apresentar

como uma forma de generalização da organização da gestão urbana, mas seu êxito é diretamente conectado às características particulares de uma cidade, as quais são acionadas para que o modelo de gerenciamento ganhe forma. Cabe aqui realizar uma diferenciação mínima quanto às possibilidades de atração entre investimentos e indivíduos consumidores e indivíduos trabalhadores, essencial para compreender como a generalização do empreendedorismo urbano se conecta ao campo cultural e às políticas culturais.

Com o declínio do setor secundário, uma massa de trabalho vivo é deslocada para o setor de serviços, cada vez mais tecnicamente baseado nas atividades ligadas à digitalização de informação e caracterizada pelo barateamento dos custos de dispositivos comunicacionais (CLARK et al, 2002). As mudanças no campo do trabalho oriundas das novas tecnologias de comunicação produziram um cenário bastante diferenciado de integração dos trabalhadores no espaço urbano. Se as cidades industriais perderam capacidade de planejamento e conexão após a flexibilização e dispersão produtiva do capital, os grandes núcleos urbanos americanos e europeus, em função dos mais diversos tipos de seus equipamentos de serviços e do alto investimento em economia de informação, permaneceram como o centro das matrizes financeiras de grandes empresas. Como tal, eles reúnem condições de atração de uma classe trabalhadora peculiar, com alto grau de especialização educacional e rendimentos salariais muito elevados, que se posicionou nas transformações do capitalismo flexível entre o setor financeiro e o de alta tecnologia. Uma parte pequena deste grupo de trabalhadores representa uma certa concepção de mudança na divisão social do trabalho, agregando aspectos intelectuais, afetivos e criativos na relação com o capital (LAZZARATO e NEGRI, 2001).

Pela lógica de dispersão geográfica do capitalismo flexível, o nível de distinção do projeto de coalizão urbana se determina também pela capacidade de atração de uma novíssima classe de sujeitos menos dispostos à fixação territorial, já que a lógica salarial destes grupos acompanha a dinâmica de dispersão financeira atual. Portanto, os interesses desta classe trabalhadora, traduzidos como “qualidade de vida”, serão o tom distintivo do investimento do empreendedorismo na produção do espaço urbano e no fornecimento de serviços pessoais orientados a reboque de um certo tipo de refinamento estético. As práticas de consumo estendidas ao uso do espaço nestas cidades têm como nexos causais a preocupação com a estilização da vida destes consumidores ativos, diretamente identificados com as classes médias e altas (CLARK et al, 2002).

Por outro lado, existem cidades com dinâmicas de produção menos densas. Estas precisam introduzir ao seu planejamento empreendedor um certo número de propriedades diferenciadas para atrair uma classe de interessados mais ligados ao gasto econômico imediato que à fixação territorial. Assim, o desempenho do projeto empreendedor liga-se de forma mais endêmica à indústria do turismo ou correlatas, ou às atividades possíveis de serem dotadas de monopolismos rentistas.

Cidades que possuem certos extratos de solo tamanho diferenciais ou capitais fixos de valor excepcional são passíveis de apropriação como lógica monopolista, tendo a renda da acumulação urbana desconexa da capacidade de produção, mas ligada à produção de necessidades e às capacidade de pagamento de usuários preferenciais. Neste sentido, a capacidade de monopólio é ela própria a geradora de renda, sem conexão com a espoliação de tempo de trabalho socialmente necessário à lucratividade. Escapando desta condição, os limites para a determinação dos preços de uso do solo ou da excepcionalidade de capitais fixos são determinados pelos rendimentos derivados da propriedade, que não necessariamente se constroem por sua capacidade de fabrico de bens raros, mas pelo direito ao acesso espetacular de seus usuários solventes.

Esta nova condição exercida em liquidez absoluta pela nova gestão urbana é identificado por Harvey nas classes burguesas indutoras de tipos de rent-seeking (Harvey, 2006), crescentemente articulado à acumulação rentista via criação monopolistas inclusive ligadas à intangibilidade de marcas urbanas, um certo modelo de branding das cidades.

Nesta medida, impõe-se uma qualidade de variações à apreciação do empreendedorismo urbano como um projeto. Retomando a questão para o campo cultural, a associação à gestão empreendedora variará conforme as condições concretas de produção capitalista do espaço, em especial na complexa dinâmica entre trabalho e consumo, baseada na coalizão urbana que organiza seu projeto de gestão. Como consequência, esta associação cultural do empreendedorismo urbano provoca rebatimentos para o campo das políticas culturais.

2- Empreendedorismo urbano e memória insurgente: a Aldeia Maracanã

Tais determinações não podem ser capturadas apenas no abstrato e fora da concretude histórica. Em sendo, reivindica-se aqui tratar a cidade do Rio de Janeiro como um caso exemplar da articulação entre o empreendedorismo urbano e a atrofia da diversidade como projeto político-cultural.

O processo empreendedor de gestão pública tipicamente carioca se faz mais facilmente apreensível durante a década de 1990, com a primeira eleição de César Maia à prefeitura do Rio de Janeiro. Este momento define a preferência do eleitorado carioca por um governo “técnico”, baseado em um extenso programa de obras urbanas e no controle das contas públicas na gestão financeira da cidade. Neste período em diante, esta nova construção técnica da administração pública se estabelece na cidade, formando coalizões urbanas dominantes com alguma sinuosidade na formação política, mas com continuidade discursiva. Desde então, a adoção dos planos estratégicos para a gestão urbana da cidade torna-se rotineira nas duas décadas subsequentes, sendo esta a face mais evidente da publicização do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro (PECRJ,

1996, 2004, 2010; Vainer, 1999, 2000).

Quanto à perspectiva cultural do modelo, algumas considerações precisam ser levantadas. Parte das críticas à nova gestão urbanística tem como centralidade as políticas de *image-making*, que negociam a autopromoção publicitária da cidade em torno de sua vinculação como um culturalismo de mercado. Neste caso, a percepção é de que a cultura, “cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável” (Arantes, 2009, p. 29), produz, em última instância, uma subordinação de determinados valores-de-uso a valores-de-troca, aos que conseguem extrair desta negociação seus benefícios exclusivos. Neste modelo, o estatuto do cultural é tanto um recurso estilístico que auxilia a transformação da cidade ela mesma em um certo tipo de capital (ampliação de serviços culturais específicos), quanto um recurso político recomendável para a concretização de um consenso entre grupos sociais sobre o ingresso da cidade-mercadoria no mercado mundial de cidades. Neste sentido, situar a cultura enquanto recurso desta gestão urbana implica em posicioná-la como uma escolha instrumental em torno de disputas e de estratégias semânticas diversas.

No caso da hipótese aplicada, o processo de afirmação da memória na cidade tornada empresa teria uma função essencial. Constrangendo práticas que se desassociam da legitimação necessária à concretização do projeto de mercantilização da cidade, o empreendedorismo urbano construiria uma nova imagem da cidade (memória em processo) que invisibiliza sujeitos pela reclusão espacial e seleção patrimonial, reforçando características moderno-republicanas da cidade, agora radicalizadas pelas transformações urbanas aparentemente imperativas vinculadas ao recebimento de megaeventos internacionais.

Embora a topologia do campo político-cultural seja muito mais ampla do que este artigo se propõe operacionalizar, o caso exemplar destacado é o processo de revitalização do complexo esportivo Jornalista Mario Filho, no bairro do Maracanã. Originalmente construído para a Copa do Mundo de 1950, o estádio do Maracanã simboliza um lugar na memória nacional (NORA, 1993) e um monumento que sintetiza a entrada do Brasil em um mundo moderno. Entretanto, para fins de recebimento da Copa do Mundo de 2014, o projeto de revitalização do estádio requeria, segundo os padrões orientados de recebimento de grandes eventos da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), mudanças internas inerentes aos projetos arquitetônicos e mudanças externas, para a facilidade de locomoção urbana.

O estádio está situado entre duas grandes avenidas, a Maracanã e a Professor Manuel de Abreu, passagem da Zona Norte ao Centro e Avenida Brasil. Outros equipamentos fazem a intermediação com o espaço do estádio, tais como: universidades públicas e privadas, escolas técnicas estadual e federal, e a Quinta da Boa Vista.

Entre eles, encontra-se um casarão representativo para a história das políticas culturais no

Brasil. Ali se situa o primeiro museu dedicado à memória indígena e à difusão do pensamento indigenista brasileiro. É na atualidade das disputas sobre o uso deste espaço que a conjugação das três dimensões da atrofia da diversidade pode ser melhor visualizada.

A origem da área onde está situado o casarão remonta ao século XIX¹. *No período, o terreno era propriedade dos jesuítas, sendo ocupado por engenhos de cana-de-açúcar. Com o declínio da atividade, o terreno foi dividido em chácaras, uma delas vendida, em 1865, pelo Comendador Manuel José de Bessa ao Príncipe Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha, o Duque de Saxe, Almirante da Armada Brasileira e fomentador de estudos naturalistas. O casarão representa a gênese e parte da transição da política indigenista brasileira, tendo sido - provavelmente - a primeira sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).*

No ano de 1953, Darcy Ribeiro propôs a criação de um equipamento voltado para a afirmação da cultura indígena, “contra o preconceito”, “para romper com a hipocrisia da democracia racial das elites brasileiras”, como parte da Seção de Estudos do SPI². A Seção tinha por função “documentar, através de pesquisas etnológicas e linguísticas e de registros cinefotográficos e sonográficos, todos os aspectos das culturas indígenas existentes no país” (MUSEU DO ÍNDIO, 1991, p.1).

O Museu do Índio funcionou no imóvel da Rua Mata Machado até 1977, quando foi transferido para o prédio que servia ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no bairro de Botafogo. O terreno de 14,3 mil m² que abriga o casarão do Maracanã teve, em 1984, a titularidade repassada pela União para a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), posteriormente denominada Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Após trinta anos de abandono, o estado do imóvel era de imensa depredação e desgaste estrutural e, embora a tradição das políticas de memória no Brasil tenham consolidado o investimento no patrimônio material de pedra e cal (Gonçalves, 1996), nenhuma instituição dedicada ao patrimônio havia concluído qualquer processo de tombamento para o imóvel.

Neste caso em questão, é possível estabelecer um vínculo entre a intervenção urbana orientada para a renovação do entorno do estádio e os interesses privados em torno do controle do uso do solo. Durante certo tempo o casarão foi mostrado pelo discurso oficial como um empecilho à

¹ Não existe consenso quanto ao ano de inauguração do casarão. Alguns citam 1865, quando ocorreu a transferência de posse do imóvel do Duque ao Império, mas uma placa no interior do prédio indicaria o ano de 1910 como o mais provável, mesmo ano de criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN). Em sendo, a hipótese mais provável é que o imóvel, assim como a extensão do terreno, devem ter sido incorporados ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1909, em substituição à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, quando foram finalizados.

² O casarão havia sido readaptado internamente segundo projeto do arquiteto Aldary Toledo, e contava com salas de exposição e projeção de filmes, auditório para apresentação de músicas indígenas, laboratórios cinematográficos e a Biblioteca Marechal Rondon. O Museu do Índio foi criado justamente no período de mudança do SPI para Brasília (1962), e de sua transformação em Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em novembro de 1967.

melhor utilização do território para interesses não necessariamente públicos e certamente não coletivos. Eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas não se limitam a um calendário de apresentações esportivas, mas representam oportunidades de renovação do ciclo de acumulação capitalista com base na exploração indiscriminada do ambiente urbano. Este cenário expõe a difícil articulação entre a possibilidade de ressignificação de equipamentos culturais ligados à certos grupos culturais com voz emergente e o padrão de competitividade e atração de investimentos e de consumidores para a realidade urbana empreendedora.

Neste processo de renovação urbana, combinam-se tanto as necessidades retóricas pragmáticas de adaptação dos equipamentos às exigências externas para o andamento das competições, quanto as possibilidades de acumulação de certos setores capitalistas na exploração do território. A segunda faceta da renovação urbana compreendida na reforma do estádio para a preparação dos Jogos evidencia os vínculos entre os setores imobiliário, da construção civil e o Estado, expressando-se no território a partir da lógica especulativa.

Parte da contradição entre capital e trabalho se configura neste processo. As relações situadas nos diferentes valores-de-uso ficam submetidas à lógica acumulativa dos setores capitalistas, em especial dos agentes de produção que “buscam a apropriação da renda” - incorporadores e gestores imobiliários - e dos que “procuram juros e lucros através da construção de novos elementos - indústria da construção civil” (HARVEY, 1982, p.11).

Portanto, a coalizão urbana mostrou-se um ator central para minimizar a incapacidade do capital imobiliário em valorizar-se em alta liquidez. Para tanto, essa coalizão sustentou a intervenção via fundos públicos e regras de flexibilização e desregulamentação, ampliando o cenário de dívidas públicas para tentar assegurar a integração da cidade nos mercados urbanos com fins desportivos e de serviços de entretenimento especializados. O Estado do Rio de Janeiro, proprietário do imóvel, pôde, então, sinalizar que apenas a lógica empreendedora privada tornaria um capital fixo deste porte objeto de acumulação, tanto afirmando a impossibilidade de custeio de sua manutenção, desvalorizando-o e transacionando-o a um baixo preço de mercado, quanto estabelecendo a necessidade de estímulo ampliado de seu uso. Desse modo, foi justificado o transporte inicial de erário público para a transformação arquitetônica do estádio. Esta foi a lógica de afirmação da necessidade de um processo de concessão de gestão do Complexo Esportivo aos consórcios privados, sem a expectativa de recuperação do investimento da revitalização³.

O ativo desmontado inicialmente de valorização passara, ainda, por um processo de inversão, com base em políticas governamentais de revitalização urbana, não apenas da

³ O processo de licitação recebeu propostas de dois *pools* de empresas. O primeiro foi batizado de “Consórcio Maracanã SA”, contava com a Odebrecht Participações e Investimentos, cuja participação é de 90%, além da IMX Arenas e a AEG Estádios e Arenas do Brasil, ambas com 5% de participação. O segundo foi batizado de “Complexo Esportivo e Cultural do Rio de Janeiro”, e contava com as empresas OAS SA, Amsterdam NV e Lagardère Unlimited.

arquitetura do capital fixo existente, mas de toda a vizinhança, igualmente entendida como um espaço não-produtivo e favorecedor da especulação imobiliária. Abriam-se, portanto, as oportunidades de exploração do solo aos gestores do equipamento revitalizado, fosse liberando padrões edilícios para novas construções (shoppings, restaurantes, estacionamentos), mesmo que estes concorressem com a dimensão paisagística do estádio, fosse ampliando a canastra de serviços do Complexo a atrações não necessariamente ligadas ao âmbito desportivo.

A aparente óbvia relação entre acumulação capitalista e coalizão urbana necessita prever, portanto, o avanço no desmonte de usos particulares do espaço. Como tal, foi-se realizando, demonstrando também a inabilidade da gestão urbana em conformar negócios com a atuação necessária da gestão das cidades no mundo da política.

Em outubro de 2006, um coletivo de indivíduos oriundos de diversas etnias indígenas - Pataxós, Puris, Guajajaras, Tukanos, Apurinãs, Fulni-ô, Kaingang, Guarani, entre outras - ocupou o espaço interno do casarão. Desde então, se movimentaram para transformar o imóvel em um equipamento de referência para a produção e divulgação da cultura indígena, estando, para isso, sob tutela direta de representantes dos povos originários. Nesse contexto, o conjunto imobiliário identificado com a fase eclética da arquitetura brasileira passava a ser objeto de luta patrimonial.

Esta significativa experiência foi batizada de Aldeia Maracanã. A criação e permanência dos aldeados no espaço do antigo Museu do Índio é um dos casos exemplares sobre como a atrofia da diversidade se conecta intimamente à recente produção capitalista do espaço, ao empreendedorismo urbano, e às interlocuções com o subcampo patrimonial.

Acompanhei em pesquisa campo a luta da Aldeia Maracanã entre os meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2013. Tratava-se do momento em que o Estádio Mário Filho se encontrava em obras para a recepção da Copa das Confederações, no limite do processo de concessão de sua gestão à iniciativa privada. Quando na preparação para os megaeventos, o arrasamento do prédio tornou-se uma questão central. Neste sentido, o recorte temporal também indica a radicalização dos vínculos entre acumulação urbana e megaeventos no Rio de Janeiro.

Durante as visitas, colhi vários depoimentos sobre a noção dos sujeitos sobre o espaço, o mito de construção do aldeamento, a percepção e formas de sua luta, os enfrentamentos com a normatividade da política cultural e urbana, e as fragilidades desta experiência diante da máquina violenta do estado.

Foi impressionante perceber a capacidade destes personagens de produzir de significados sobre a luta aldeada, transformada em um coletivo capaz de esboçar um projeto não baseado na lógica mercantil, mas num espaço de referência para toda a população indígena brasileira. Este significado publicizado foi extremamente importante para a conquista de alianças na trajetória da Aldeia Maracanã.

Em uma conversa, a relação com o espaço foi dimensionada sob um contexto mítico contundente e bastante particular à realidade e ao discurso dos povos originários. “Isso pra gente é terra sagrada (sic)”⁴, dizia Dauá Puri, um dos interlocutores da Aldeia. De formas diferentes, os ocupantes se referiam à experiência da Aldeia construída no casarão acionando referências míticas religiosas. Esta assertiva está baseada em duas explicações fundamentais. A primeira é bastante evidente e remonta aos usos do casarão quando na época do SPI e Museu do Índio, fundado por Darcy Ribeiro. Aparenta, assim, para a relação entre a propriedade imobiliária, a destinação do serviço e a questão usufrutuária. Dentro das regras do uso do solo urbano, os indígenas pretendiam que a área permanecesse pública, mas de usufruto indígena, tal como se orienta a relação entre as terras da União e os aldeamentos indígenas. Era imaginável para os habitantes da ocupação que diante da afirmação pública de um imóvel federal - portanto, ligado à dimensão nacional -, que a terra sagrada pudesse ser reconhecida e significada nestas condições. Esta concepção de terra sagrada fornecia aos ocupantes a noção de que a luta não se resumia à gestão do prédio histórico, mas ao debate mais denso do que implica a imersão de um aldeamento indígena, como um coletivo com identidade própria e irrenunciável e, em aparente consenso, nas condições urbanas contemporâneas.

A segunda explicação fundamental remontava à mítica tribo *Marakà Anànà*. Segundo a fala de alguns habitantes da ocupação, haveria existido um grupo vivente naquele território, tendo justificado o batismo do bairro como uma referência direta aos antigos moradores. Diziam, inclusive, que na área haveriam urnas funerárias indígenas, dado comprobatório da existência anterior dos *Marakà Anànà*. *Marakà Anànà* seria, também, o nome tupi de um pássaro de pelagem azul, que podia ser visto se alimentando de frutos das árvores que cercam o casarão.

Esta construção mítica foi uma das motivações para a organização do espaço ser tratada como algo que não lembrasse apenas o casarão no histórico patrimonial indígena. A tradução da luta pela memória e patrimônio dos povos originários se construiu no espaço do antigo Museu do Índio de forma ainda mais radical e inovadora. *Diante do desafio de construir uma nova mitologia para o cenário urbano, e tendo como parâmetro a maior participação possível das etnias representativas dos povos indígenas no Brasil, a reivindicação do aldeamento como um espaço de vivência e como uma fonte normativa para a constituição de um novo equipamento cultural para a cidade gerou a necessidade de reproduzir radicalmente a experiência de uma aldeia.*

Já nas primeiras semanas acompanhando as atividades no espaço do Museu do Índio, pude notar que embora alguns indígenas moradores da Aldeia repetissem constantemente a expressão “índios em contexto urbano”, eles mostravam um certo desconforto quando me referia ao uso do espaço nos moldes de uma ocupação. De forma implícita, esta categoria, comum entre os

⁴ Entrevista de Dauá Puri concedida ao autor em 10 de julho de 2012.

movimentos sociais urbanos, seria adequada para ilustrar que os indivíduos que habitavam o imóvel não apenas sintetizariam as lutas em torno do campo patrimonial, mas, igualmente, sofreriam as contradições inerentes à questão urbana: exclusão do trabalho como meio de inserção social; extrema pauperização; necessidade de ocupação do solo urbano sob uma ótica não-mercantil como uma condição de asseguramento do direito à cidade.

A recusa à concepção de ocupação pareceu-me, inicialmente, um tipo de ocultação, ainda que não percebida, dos efeitos da reprodução urbana na vida daqueles indígenas que experimentavam a *urbe* carioca. Posteriormente, este dado se mostrou coerente com os rumos percebidos sobre o movimento, com suas divisões internas latentes. Ao dotar o significado do espaço como uma reconstrução mítica de um aldeamento, os indivíduos tinham naquele imóvel a experiência de um território coletivo aparentemente seguro, amenizando sua relação com as contradições da vida urbana, em especial quanto às questões da infraestrutura habitacional.

Mas esta relação implicava também na necessidade de problematizar os hiatos que surgem em sua auto-definição como coletivo, quando não questiona a centralidade da estrutura de classes no tecido urbano. A necessidade de sobrevivência individual na cidade inclui a dimensão material, expressa no que é associado ao conforto de uma moradia, ao reconhecimento social de um sítio identificado como um endereço ao indivíduo, ou um local adequado para armazenar os materiais para a produção e distribuição do artesanato - *atividade laboral da maior parte dos habitantes da Aldeia. O território se mostra também como uma mediação essencial para a percepção subjetiva do que implica o direito à cidade e a produção capitalista do espaço. A rigor, esta é uma das fontes essenciais de direção das políticas culturais na atualidade. Mas por evidência, a experiência radical da alteridade proposta nestes fundamentos político-culturais não se concebe de maneira simplificadora e pacífica. Assim, a manifestação de certos meios, artefatos e técnicas podem significar também a afirmação de um modo de vida como o hegemônico.*

No âmbito das políticas culturais traduzidas para o espaço urbano, é essencial reconhecer a necessidade de se problematizar a desconexão entre as dimensões econômica e cultural dos conflitos sociais. Como reconhecimento mútuo da dimensão de indianidade substantiva da existência do coletivo, eram também introduzidos no discurso mítico parâmetros de acesso aos bens urbanos. Embora houvesse uma tensão entre os indivíduos que dispunham de moradias privadas e os que tornavam a Aldeia uma forma de habitar a cidade, a questão da moradia foi traduzida com coerência para a vinculação destes coletivos na vivência urbana, como uma garantia ao livre desenvolvimento e ao igual acesso ao cotidiano cidadão. Nesse sentido, havia uma pressão, no interior da experiência do aldeamento, para que a dimensão da injustiça cultural fosse problematizada como uma dimensão da injustiça distributiva, traduzida no estado individual dos membros partícipes do coletivo. Como as trajetórias e inserções se davam de forma muito

particular, o vínculo mítico aldeado e o reconhecimento mútuo de sua estereotipação identitária deve ser uma fonte para o tratamento do estado dos membros do grupo no que concerne aos diferentes níveis de subordinação social impeditivos à plena participação na vida social.

Pude perceber diferenças fundamentais na trajetória da Aldeia, em especial na relação que o movimento construiu com as políticas de memória e patrimônio e os efeitos progressivamente mais visíveis do empreendedorismo urbano para a organização de suas lutas. Estas diferenças influenciaram a organização interna do movimento, mas especialmente as relações com os agentes externos, componentes essenciais para o melhor posicionamento dos habitantes da Aldeia no subcampo patrimonial.

Foi possível identificar como ponto de inflexão os meses de setembro e outubro de 2012, que antecedem o processo da audiência pública sobre a gestão do Complexo Esportivo Mário Filho. Até então, penso ter se tratado de uma fase mais holística da luta patrimonial, onde a marca principal foi uma crença dos habitantes da Aldeia Maracanã de que apenas a presença no imóvel e a constante publicização da produção de sua cultura pudesse ser suficiente para que a tutela do casarão fosse resolvida.

No dia 8 de novembro de 2012, no Galpão da Cidadania, no bairro da Gamboa, transcorreu a audiência pública sobre a concessão do Complexo Esportivo do Maracanã. Antecedendo a reunião, pude presenciar a mobilização de cerca de quinhentas pessoas que já se organizavam em protesto, distribuindo apitos e gritando palavras de ordem. Os participantes dividiam-se entre atletas, responsáveis e alunos da Escola Friendenreich, usuários dos equipamentos esportivos e os movimentos Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Frente Nacional de Torcedores, Meu Rio e representantes da Aldeia Maracanã, todos insatisfeitos com os rumos orientados pelo governo do estado.

Os protestos que marcaram a audiência configuraram reconhecimento à Aldeia para a organização popular quanto ao enfrentamento da gestão urbana carioca preparada para a recepção de megaeventos. Desenrolou-se, daí em diante, uma fase mais pragmática da luta, de intenso acirramento dos conflitos com as instituições do Estado e de aproximação com outros grupos sociais urbanos.

Os meses subsequentes marcaram o destino do casarão e dos aldeados. Se a preocupação da coalizão urbana carioca parecera dedicar-se ao ritmo das obras do estádio e às preparações infraestruturais da cidade, a questão da Aldeia Maracanã, vizinha ao território-chave de todo o investimento empreendedor baseado na recepção dos megaeventos, vai ser marcada, daí em diante, por grandes inquietações.

O ponto de inflexão para a transformação das relações entre Estado e os novos aldeados ilustra algumas facetas particulares do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. A

transformação territorial da cidade em empresa e mercadoria se mostrava baseada em uma articulação política cujo vínculo se ampliava para além da prefeitura, incluindo o governo do estado e muitas instituições federais, em especial as destinadas ao empréstimo creditício. No caso estrito da Aldeia Maracanã, a propriedade imobiliária supunha um acordo conjunto, sendo a alienação do casarão ao estado do Rio de Janeiro o passo final para a transferência do cenário principal para o centro decisório do governo do estado.

Para que a cidade tornada agente aproveitasse as oportunidades que os megaeventos trazem, o empreendedorismo urbano fez parecer naturalmente necessário que o espaço das divergências políticas deve-se ser contraído ou minimizado, acionando um aparato normativo que criminaliza e infantiliza as possíveis vozes dissonantes, impondo a legislação vigente de consulta popular de forma burocrático, impedindo um processo participativo efetivo.

No caso estrito da relação de Sérgio Cabral com a Aldeia Maracanã - e de seus assessores e secretários de estado -, foi recorrente o acionamento de um repertório discursivo personalista, que se mostrou posteriormente coerente com a beligerância de suas ações. O governador se incumbiu do papel de porta-voz da significação do empreendedorismo urbano que pretendia conter, pela força, a sensação de perda de oportunidades.

Diversas vezes enfático, o governador procurou em entrevistas apontar a inércia das instituições de patrimônio - “Viva a democracia, mas o prédio não tem qualquer valor histórico, não é tombado por ninguém. Vamos derrubar” (CABRAL apud MELLO, 2012)⁵ -, e desqualificar o caráter histórico do casarão e - (CABRAL apud MELLO, 2012) e o caráter cultural do aldeamento - “As pessoas que estão ali ocupam aquilo ali não é desde 1506, ou de 1406, ou de 1606, ou de 1706, ou de 1806, ou de 1906. Elas ocupam aquilo ali desde 2006, portanto é uma invasão recente. Chamar aquilo de aldeia indígena é um deboche (CABRAL apud G1)⁶”. Nesta direção, o governador submete o destino do estádio à iniciativa privada. “A gente adora falar do futebol europeu e NBA, então vamos segui-los. Vamos seguir a lógica dos países civilizados onde estádio não é coisa de governo (CABRAL apud VEJA)⁷”. Além disso, fica clara a subordinação do projeto do antigo Museu ao padrão exigido pela FIFA para os Jogos. “Ali vai ser uma área de mobilidade. Uma área que é exigida pela Fifa e que está correta (CABRAL apud KONCHINSKI)⁸”.

⁵ MELLO, Igor. FIFA desmente Cabral e afirma que não pediu demolição do Museu do Índio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 out. 2012. Rio. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/18/fifa-desmente-cabral-e-afirma-que-nao-pediu-demolicao-do-museu-do-indio/>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

⁶ Fonte: G1. “Chamar de aldeia indígena é deboche”, diz Cabral sobre museu. Rio de Janeiro, jan. 2013. Notícia. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/chamar-de-aldeia-indigena-e-deboche-diz-cabral-sobre-museu.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

⁷ VEJA. “Estádio não é coisa de governo”, diz Sérgio Cabral. Rio de Janeiro, 12 abr. 2013. Futebol. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/estadio-nao-e-coisa-de-governo-diz-sergio-cabral>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

⁸ KONCHINSKI, Vinicius. Governo do RJ compra antigo Museu do Índio e deve demolir prédio por

A desqualificação do lugar do índio na sociedade contemporânea, presente no discurso do governador do estado, não implica apenas numa pessoal soberba retórica ou na renúncia de vínculos mais efetivos entre o lócus por excelência da esfera pública e coletivos que expressam expectativas de renovação heurística e prática do universo político. Esta significação da experiência indígena como deboche implica também em invalidar a presença dos índios no espaço apresentado como mercadoria disponível à gestão privada do território. Coerente com a lógica de preparação do espaço à mercadotécnica urbana, o estádio e sua vizinhança precisam ser esvaziados de significados, não necessariamente mercadológicos, para estarem disponíveis aos usuários solventes e a seus subsequentes valores-de-troca. Mas este tipo de construção necessita de um estatuto material e imagético para completar-se. Portanto, o apagamento da dimensão histórica do casarão, que remonta à gênese do indigenismo brasileiro, só se realizaria com a plena expulsão dos partícipes da Aldeia.

Este processo se intensificou a partir de janeiro de 2013, marcando o início de uma sequência de enfrentamentos belicosos. O sábado, dia 12 de janeiro de 2013, confirmou as previsões de retomada de posse. Aproximadamente às 8 horas da manhã, quatro viaturas do Batalhão de Choque da Polícia Militar foram estacionadas na entrada do antigo Museu do Índio. A imprensa noticiara que o Batalhão apenas aguardava “ordens superiores”. Posteriormente, soube-se que tais ordens estavam condicionadas à expedição de um mandado judicial.

Este também foi o primeiro momento em que percebi claramente como a atrofia da diversidade conduz a efeitos nocivos para a perenidade das lutas sociais. Os conflitos entre grupos aldeados sobre o destino do espaço, que antes se mostravam latentes, tomariam dali em diante um outro vulto. A coesão da Aldeia Maracanã, baseada em sua construção mítica de oferta segura coletiva, já sofria com a desagregação interna na relação com a materialidade dos conflitos.

Após diversas notas distribuídas à imprensa, o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 2013, decide preservar o casarão, alegando ter ouvido “as considerações da sociedade a respeito do prédio histórico”. O restauro do prédio do antigo Museu do Índio ficaria “a cargo do concessionário vencedor da licitação do Complexo do Maracanã, e seu destino, “após o tombamento”, seria “discutido conjuntamente entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).⁹

As semanas subsequentes marcaram as negociações para a retirada pacífica dos aldeados. Mas na madrugada do dia 22 de março, equipes do Batalhão de Choque da Polícia Militar cercaram

reforma do Maracanã. **Uol**, Rio de Janeiro, 19 jul. 2012. Copa. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/07/19/governo-do-rj-compra-antigo-museu-do-indio-e-deve-demolir-predio-por-reforma-do-maracana.htm>>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

⁹ GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio mantém propostas para indígenas. Rio de Janeiro, 28 jan. 2013. Imprensa RJ. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1425878>>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

o antigo Museu do Índio, para cumprir o termo de imissão de posse do governo do estado. Já às 7h30, um grupo de 10 indígenas aceitou o acordo com o governo do estado e deixou o local, ainda sob o cerco da polícia, passando o muro com a auxílio de escadas.

Mas às 11h50 da manhã, o Batalhão de Choque rompia a barricada erguida na entrada do casarão e iniciava a invasão. A televisão mostrava imagens produzidas de um helicóptero. A formação policial apontava armas de borracha aos aldeados, enquanto um indígena tentava, de joelhos, dialogar com os policiais. Os aldeados estavam juntos, em um único grupo. Os policiais os cercavam, dirigindo-os à entrada. Alguns indígenas cantavam e tocavam maracas. Tiros eram disparados para o alto, muito próximo dos ouvidos de alguns aldeados. Cotoveladas, socos e escudos empurrando os indígenas compunham a lógica da ação policial. Enquanto alguns indígenas com aparência incrédulos olhavam para a entrada do casarão, agora totalmente ocupada pela Polícia Militar, outros prestavam socorro aos feridos.

Esta ação deliberadamente truculenta expõe certos efeitos da atrofia na materialização da diversidade cultural no plano urbano. A mais evidente delas é a mistura entre a geração espontânea da violência física e a descrença das instituições que ordenam a violência legítima em relação aos grupos culturais. Neste caso, o resultado da dimensão atrofiante da diversidade não apenas faz desprezar a diferença como uma fonte para a convivência cidadina, como também aciona dimensões punitivas aos que demonstram traços de afirmação identitária desconectados da oficialidade do discurso público competente. Embora no fenômeno Aldeia Maracanã a truculência pareça proporcional ao cronograma de recepção dos grandes eventos, aparenta ser evidente como se determina, também pela força, uma história urbana unitária, restringindo a participação dos que constroem historiografias subalternas. Como tal, abre-se, assim, a possibilidade de estender-se a todo o estado esta inabilidade ao diálogo. Desse modo, a oferta da violência física pode-se mostrar apenas como uma face de um truncamento mais complexo da dimensão espacial e política da esfera pública, como posteriormente mostrou-se ser o padrão das ações policiais em relação às insatisfações populares durante o ano de 2013.

No momento da retomada de posse, a divisão até então latente na Aldeia se mostrou mais evidente. Enquanto um grupo caminhava aos ônibus e vans que levariam os indígenas para o hotel no centro da cidade, outros poucos permaneciam em frente ao casarão, procurando falar à imprensa que a luta não teria acabado ali. E embora os aldeados estivessem encaminhados pela polícia, o enfrentamento físico prosseguia. Durante mais de uma hora, a polícia lidou com os manifestantes nas mediações do Maracanã com violência impressionante, momento transmitido pelas redes de televisão e replicado pelos sítios de internet. Nos dias que seguiram à saída dos aldeados, a atrofia da diversidade se mostrou de maneira cáustica, imputando à Aldeia Maracanã não apenas o resultado do enfrentamento físico, mas um processo de desqualificação pública e criminalização,

cujo centro emissor era a coalizão urbana carioca.

3- Nenhum índio

No dia 27 de abril de 2013, o estádio do Maracanã foi reinaugurado em evento-teste. No início de maio, o consórcio formado por Odebrecht, IMX e pelo grupo americano AEG foi anunciado como vencedor do processo licitatório de gestão e exploração do Complexo. O edital de licitação traz a obrigação da concessionária em realizar reformas, construções, obras, demolições e benfeitorias como atividade incidental à prestação do serviço. O edital cita, entre outras exigências, a construção de um Museu do Futebol e a recuperação das áreas internas e externas do antigo casarão, sem que se explicita qual será sua destinação ou prazo de entrega.

A disputa espacial em torno do Complexo Esportivo do Maracanã apresentou-se como uma relação entre a dimensão patrimonial e especulativa das políticas urbanas. Os vínculos entre a intervenção urbana orientada para a requalificação espacial e os interesses privados acerca do uso do solo, tendo como parâmetro que as questões relativas ao aldeamento e ao estádio se mostraram submetidas ao cronograma de recepção dos megaeventos.

Em que pese, sua importância para a construção da política indigenista brasileira, o apagamento da presença indígena do casarão deve ser explicado sob a perspectiva léxica neoliberal que versa sobre as oportunidades que os megaeventos trazem para a renovação espacial e para o ciclo de acumulação de setores capitalistas. Assim, o Complexo Esportivo do Maracanã se mostrara um dos epicentros dos interesses de setores imobiliários, da construção civil e da - novíssima - gestão de arenas esportivas ligadas à oferta de serviços de entretenimento. Como tal, a questão dos aldeados demonstrara imensa dificuldade em comungar interesses patrimoniais ligados à história indigenista ao padrão estético demandado pela competitividade da gestão empreendedora.

O Complexo Esportivo passara por um processo ambivalente em relação ao seu valor-de-troca. Por um lado, o governo do estado submetia a requalificação territorial aos padrões internacionais exigidos, dispensando recordar à população fluminense tratar-se de um conjunto arquitetônico tombado. Por outro lado, acelerava-se a dimensão imagética da obsolescência como um processo instantâneo de desvalorização do ativo imobiliário, sinalizando que apenas o compartilhamento na parceria público-privada poderia tornar a gestão do Complexo, um ambiente de negócios lucrativos, relegando parâmetros patrimoniais ao esquecimento.

Neste sentido, a dependência em relação à fixidez do empreendedorismo urbano, enquanto gramática organizativa da gestão urbana, determinou parte da organização do patrimônio cultural urbano. As destacadas bases não-mercantis das políticas patrimoniais são, assim, deslocadas em

razão de demandas dos setores interessados na acumulação, constringendo versões múltiplas de significação do espaço e espoliando valores-de-uso de referências coletivas em nome de um projeto urbano sem outras mediações além das de produção, circulação e consumo dos setores capitalistas privilegiados.

Como tal, a Aldeia Maracanã, aparentemente um lugar de projetos heterogêneos e contraditórios em relação à lógica mercantil, tornava-se uma experiência inadequada à reestruturação urbana carioca. Os aldeados eram sujeitos cujo aparato de produção imagética parecia desconexo, desarticulado dos ideais requeridos pela nova gestão urbana. Práticas de criminalização e infantilização do movimento tornaram-se a regra da coalizão urbana, repelindo a presença dos aldeados e distanciando-os da possibilidade de construção compartilhada de um novo equipamento de referência à cultura indígena.

O padrão de relação do poder público com os aldeados, para além da violência física descrita na reocupação de posse, reproduziu a lógica de reassentamento das outras comunidades despejadas em função das obras ligadas à reestruturação urbana dos megaeventos, oferecendo um tipo de compensação financeira ou moradia provisória em local distante ao aldeamento, sem contar, necessariamente, com as condições adequadas de infraestrutura. Este é um dado que ilustra a inabilidade das políticas culturais e urbanas em promover as traduções de demandas ético-identitárias sob operações normativas que não se submetam à lógica mercadotécnica.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, jul./dez. Curitiba, Iparides, 2004, p. 34.
- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: UNESP, 2004.
- DOMINGUES, João. **A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**, São Paulo: v. 2, n. 6, p. 6-35, jun./set. 1982.

- _____. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MUSEU DO ÍNDIO. **Museu ao Vivo**, edição 2. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1991.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo: Projeto História, nº10, dezembro de 1993.
- PECRJ. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As Cidades da Cidade**, 2004.
- _____. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Pós-2016, O Rio mais integrado e competitivo**, 2010.
- _____. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio**, 1996.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010.
- VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 105 - 119.
- _____. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: **VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 1999 Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: PROPUR - UFRGS, 1999.